



## Demonstrações Financeiras 2022



ENERGISA BORBOREMA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 08.826.596/0001-95

### Resultados 2022

**Campina Grande, 16 de março de 2023** – A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Borborema”, “EBO” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia revisou a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado líquido, o que resultou na representação das demonstrações financeiras de 2021, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 3.3.

#### 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



233 mil  
clientes cativos



37  
clientes livres



518 mil  
de habitantes



1.966  
Km²



247  
Colaboradores<sup>(1)</sup>



6  
municípios

Campina Grande,  
Lagoa Seca,  
Queimadas, Fagundes,  
Massaranduba e Boa Vista

<sup>(1)</sup> Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção. No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2022	2021	Acréscimo
Subestações – nº	8	8	-
Capacidade instalada nas subestações – MVA	185	185	-
Linhas de transmissão – km	45	45	0
Redes de distribuição – km	5.943	5.878	65
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	5.033	4.922	111
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	248	239	9

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

#### 2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

##### 2.1. Destaques

Resumo-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho econômico-financeiro						
Descrição	Resultados – R\$ milhões					
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita operacional bruta	117,3	156,9	-25,2	463,5	528,4	-12,3
Receita operacional bruta sem receita de construção <sup>(1)</sup>	111,4	151,6	-26,6	441,8	512,9	-13,9
Receita operacional líquida	85,3	110,8	-23,0	311,0	367,7	-15,4
Receita operacional líquida, sem receita de construção <sup>(1)</sup>	79,3	105,5	-24,8	289,2	352,2	-17,9
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	20,9	26,8	-21,8	68,7	73,9	-6,9
EBITDA	23,7	29,3	-19,2	79,3	83,0	-4,4
EBITDA ajustado <sup>(2)</sup>	21,8	26,3	-17,1	73,0	70,6	+3,5
Resultado financeiro	(1,6)	1,6	-	(3,0)	1,2	-
Lucro líquido	17,0	23,2	-26,7	56,0	61,3	-8,8
Lucro líquido ajustado <sup>(3)</sup>	15,4	20,6	-25,4	50,6	50,8	-0,3
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	233,5	228,5	+2,1	233,5	228,5	+2,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) <sup>(4)</sup>	141,7	140,8	+0,7	552,9	552,0	+0,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) – (GWh) <sup>(4)</sup>	181,2	180,7	+0,3	706,8	703,7	+0,4

Indicadores financeiros – R\$ milhões			
	2022	2021	Var. %
Ativo total	424,3	457,2	-7,2
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	49,3	59,3	-16,8
Patrimônio líquido	175,3	168,0	+4,3
Endividamento líquido	53,3	14,0	+281,3

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. (2) EBITDA ajustado: EBITDA expurgando o efeito do VNR. (3) Lucro líquido ajustado: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. (4) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

#### 3. RECEITA OPERACIONAL

No 4T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta de R\$ 117,3 milhões, ante R\$ 156,9 milhões registrados no 4T21, redução de R\$ 39,5 milhões. A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou redução de 24,8% (R\$ 26,2 milhões) no trimestre, para R\$ 79,3 milhões. A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 1,9 milhão. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T22, foi de R\$ 77,5 milhões, 24,4% (R\$ 25,1 milhões) menor do que o mesmo período de 2021. No acumulado do ano, o total foi de R\$ 282,9 milhões, redução de 16,7% (R\$ 56,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>84,6</b>	<b>113,8</b>	<b>-25,6</b>	<b>386,9</b>	<b>396,9</b>	<b>-2,5</b>
Residencial	45,9	59,1	-22,5	208,8	211,4	-1,2
Industrial	6,8	9,5	-27,7	31,3	33,0	-5,1
Comercial	20,2	27,8	-27,4	93,1	93,2	-0,1
Rural	2,4	4,6	-47,2	10,9	15,6	-30,4
Outras classes	9,4	12,9	-27,2	42,8	43,7	-2,1
(+) Suprimento de energia elétrica	1,6	3,1	-49,6	6,4	17,6	-63,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	4,5	4,8	-7,4	(1,3)	6,2	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	5,1	5,5	-7,9	21,6	18,7	+15,5
(+) Receita de construção de infraestrutura	6,0	5,2	+14,0	21,8	15,5	+40,0
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	7,0	14,9	-53,3	(4,2)	35,9	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	5,5	5,4	+3,3	21,2	20,4	+4,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,9	3,0	-37,5	6,3	12,5	-49,4
(+) Outras receitas	1,3	1,2	+12,4	4,9	4,8	+3,9
<b>(=) Receita operacional bruta</b>	<b>117,3</b>	<b>156,9</b>	<b>-25,2</b>	<b>463,5</b>	<b>528,4</b>	<b>-12,3</b>
(-) Impostos sobre vendas	24,6	41,2	-40,4	122,8	141,3	-13,1
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	(0,4)	-	-	(1,8)	-
(-) Encargos setoriais	7,4	5,3	+39,8	29,8	21,3	+40,1
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>85,3</b>	<b>110,8</b>	<b>-23,0</b>	<b>311,0</b>	<b>367,7</b>	<b>-15,4</b>
(-) Receita de construção de infraestrutura	6,0	5,2	+14,0	21,8	15,5	+40,0
<b>(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura</b>	<b>79,3</b>	<b>105,5</b>	<b>-24,8</b>	<b>289,2</b>	<b>352,2</b>	<b>-17,9</b>

No comparativo entre os trimestres, a diminuição da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

(i) A tarifa cobrada no 4T21 estava adicionada das bandeiras tarifárias, portanto mais alta do que a tarifa do mesmo período em 2022.  
(ii) Redução de R\$ 1,5 milhões com suprimento de energia em virtude da queda do PLD que esteve perto do piso para o 4T22, em média R\$ 55,70/MWh, ante a média de R\$ 134,63/MWh para o 4T21.

#### 3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 181,2 GWh aumento de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (706,8 GWh) da Companhia apresentou alta de 0,4%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora cresceu nas principais classes de consumo, em especial na residencial e comercial. A classe Residencial registrou crescimento de 3,3%, sobretudo em janeiro e maio motivada pela Resolução 901, clima e calendário maior de faturamento. A classe Comercial cresceu 0,5%, influenciada pela retomada de atividades e maior consumo em shoppings, varejistas e instituições de ensino. Por outro lado, a classe Rural recuou 30,3%, impactada principalmente pelo efeito da Resolução 901 e clima chuvoso.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
<b>Residencial</b>	<b>75,8</b>	<b>71,9</b>	<b>5,4</b>	<b>293,9</b>	<b>284,4</b>	<b>3,3</b>
<b>Industrial</b>	<b>40</b>	<b>41,4</b>	<b>-3,3</b>	<b>161,3</b>	<b>161,7</b>	<b>-0,3</b>
Cativo Industrial	11,6	11,9	-2	45,9	47,3	-2,9
Livre Industrial	28,4	29,5	-3,8	115,3	114,5	0,8
<b>Comercial</b>	<b>40,6</b>	<b>41,6</b>	<b>-2,4</b>	<b>156,9</b>	<b>156,2</b>	<b>0,5</b>
Cativo Comercial	30,3	31,2	-2,9	119,1	118,8	0,2
Livre Comercial	10,3	10,4	-0,7	37,8	37,3	1,2
<b>Rural</b>	<b>4,6</b>	<b>6,4</b>	<b>-29,2</b>	<b>17,5</b>	<b>25,1</b>	<b>-30,3</b>
Cativo Rural	4,6	6,4	-29,2	17,5	25,1	-30,3
Livre Rural	0	0	-	0	0	-
<b>Outros</b>	<b>20,2</b>	<b>19,4</b>	<b>4,5</b>	<b>77,2</b>	<b>76,3</b>	<b>1,2</b>
Cativo Outros	19,5	19,4	0,6	76,5	76,3	0,2
Livre Outros	0,8	0	-	0,8	0	-
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>141,7</b>	<b>140,8</b>	<b>0,7</b>	<b>552,9</b>	<b>552</b>	<b>0,2</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	39,5	39,9	-1,1	153,9	151,8	1,4
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>181,2</b>	<b>180,7</b>	<b>0,3</b>	<b>706,8</b>	<b>703,7</b>	<b>0,4</b>
4 Fornecimento não faturado	3	5,5	-45,7	-2,2	3	-
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>184,2</b>	<b>186,2</b>	<b>-1,1</b>	<b>704,6</b>	<b>706,7</b>	<b>-0,3</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o trimestre com 233.455 unidades consumidoras cativas, número 2,1% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 37 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – clique no link

#### 3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas totais com uma redução de 0,25 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório.

Últimos 12 meses										
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL	
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22		
5,61	5,55	5,53	0,50	0,28	0,32	6,11	5,84	5,86	6,11	●

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%)	
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22		
45,5	45,3	45,2	4,1	2,3	2,7	49,5	47,7	47,9		+0,4

<sup>(1)</sup> Variação dez/22 vs set/22. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

#### 3.3. Gestão da inadimplência

##### 3.3.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Varição em p.p.
EBO	0,13	0,30	-0,17

##### 3.3.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	set/22	set/21	Varição em p.p.
EBO	98,88	98,71	+0,18

##### 3.4. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A Companhia obteve um incremento de 0,27 horas no DEC e de 0,32 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Indicadores de qualidade	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/22	dez/21	Var. (%)	dez/22	dez/21	Var. (%)		
EBO	3,41	3,14	+8,7	2,16	1,84	+17,3	12,64	8,37

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

##### 3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Companhia autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
EBO	5,5	5,4	+3,3	21,2	20,4	+4,0

#### 4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 58,4 milhões no 4T22, redução de 25,8% (R\$ 20,4 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

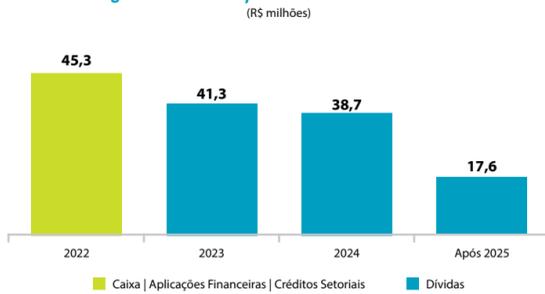
A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
<b>1 Custos e despesas não controláveis</b>	<b>42,7</b>	<b>63,8</b>	<b>-33,1</b>	<b>168,6</b>	<b>226,3</b>	<b>-25,5</b>
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	32,9	55,9	-41,2	132,2	191,8	-31,1
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	9,8	7,9	+23,8	36,5	34,5	+5,7
<b>2 Custos e despesas controláveis</b>	<b>12,7</b>	<b>13,0</b>	<b>-2,5</b>	<b>40,3</b>	<b>42,5</b>	<b>-5,2</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>12,5</b>	<b>12,8</b>	<b>-2,6</b>	<b>39,2</b>	<b>41,5</b>	<b>-5,6</b>
2.1.1 Pessoal e administradores	6,3	6,7	-5,4	16,5	19,7	-16,0
2.1.2 Benefício pós-emprego	0,1	0,1	+11,1	0,5	0,4	+7,2
2.1.3 Material	0,7	1,0	-26,2	3,0	2,8	+7,5
2.1.4 Serviços de terceiros	4,2	4,2	-1,1	16,6	16,1	+2,5

## 6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

### Cronograma de Amortização da Dívida Bancária e de Emissão



## 7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos no período foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo Elétrico	4,0	4,5	- 12,3	22,1	15,7	+ 40,6
Obrigações Especiais (*)	1,9	0,2	+ 834,7	2,9	1,7	+ 67,8
Ativo não Elétrico	1,2	0,3	+ 232,7	2,8	0,5	+ 529,3
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>7,0</b>	<b>5,1</b>	<b>+ 37,8</b>	<b>27,8</b>	<b>17,9</b>	<b>+ 55,5</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

## 8. DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais com base no balanço de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$13.072.503,49. Os dividendos serão pagos a partir de 29 de março de 2023.

## 9. GESTÃO DE PESSOAS

A Energia Borborema contabilizava um total de 247 colaboradores, sendo 216 empregados diretos e 31 parceiros contratados de terceiros. A empresa busca a evolução constante do ambiente de trabalho oferecido a seus colaboradores que são foco constante de ações para capacitação, análise de desempenho e valorização. Em 2022, o processo de avaliação de desempenho passou a se chamar Ciclo de Carreira e Desenvolvimento, com um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador.

A empresa investe no desenvolvimento profissional das equipes de campo a futuros líderes e liderança. Em 2022, foram promovidas a média de 65 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 13 horas em áreas administrativas e 9 horas em cargos gerenciais. Estes líderes participaram de um processo de formação e aprimoramento com foco nos comportamentos alinhados aos valores Energia.

Através da ferramenta Pulses, desde 2021 são realizados levantamentos quinzenais que orientam o desenvolvimento das ações de atração e retenção, como políticas de remuneração, planejamento de carreira e benefícios. Buscando assim a garantia de um ambiente de trabalho saudável para toda a empresa.

## 10. SAÚDE E SEGURANÇA

E, diante do Valor VIDA, a Energia Borborema reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através de adoção de melhores práticas e ações diversas.

Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio deles, o cronograma de ações é realizado seguinte o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar rapidamente as questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros.

A Energia conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 5,89 (2,90 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 50,74, em 2021, para 142,84. Em 2022 não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

## 11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energia Borborema. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2022, a Energia Borborema destinou cerca de R\$ 1,1 milhão para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segu-

rança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 67 mil, destacando-se o projeto Usina Cultural Paraíba, um espaço que atua no fomento das atividades culturais locais.

### 11.1 Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 752 mil em 2022 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 401 unidades consumidoras e permitiram economizar 377 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 157 residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. No ano de 2022, foram substituídos 80 refrigeradores ineficientes para consumidores de baixa renda e mais de 400 lâmpadas ineficientes trocadas por novas de tecnologia LED, com alto rendimento e menor impacto ambiental. Todas as lâmpadas velhas foram descartadas, após rigoroso processo de descarte, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Também foram realizadas ações de eficiência energética em sistemas de iluminação pública.

### 11.2 Iniciativas socioculturais

A Energia já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Nesse sentido, a Companhia mantém a Usina Cultural Paraíba, um espaço cultural em João Pessoa/PB que atua no fomento das atividades culturais locais. Em 2022, esse espaço promoveu uma programação cultural diversa beneficiando diretamente mais de 60 mil pessoas. Além disso, em 2022, a EBO destinou, através das Leis de Incentivo à Cultura, R\$ 67 mil para uma iniciativa cultural.

### 11.3 Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energia Borborema assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

As principais iniciativas ambientais em 2022 contemplaram: Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Medidas de economia incluem funcionamento de ar-condicionado entre 7h30 e 18h, com temperatura limitada a 20º; desligamento de iluminação de fachadas, letreiros e jardins; sensores de presença em banheiros e vestiários; uso de lâmpadas LED, mais eficientes, entre outras.

Emissões atmosféricas: A EPB participa do inventário de emissões de gases efeito estufa do Grupo Energia, realizado nos escopos 1, 2 e 3 e foi uma das empresas do grupo que participaram diretamente do processo de Certificação.

Biodiversidade: Nas construções das linhas de distribuição de alta-tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) são elaborados estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e inspeções ambientais. Proteções são instaladas nas subestações para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte.

Água e efluentes: O Projeto de Reforma Civil em Subestações, que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, tem o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte. Sempre que possível são usadas instalações interligadas ao sistema de esgoto da cidade.

Resíduos: Além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, a EPB possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, e promove o acondicionamento e a regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, de forma a garantir a reutilização desse material e evitar a poluição do meio ambiente. Também mantém papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinar de forma adequada os resíduos, por meio de empresas devidamente licenciadas.

Na contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.

Na atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes.

No tocante a convênio firmamos acordo com a SBAU – Sociedade de Arborização Urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba.

## 12. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pela prestação de serviço de exame das demonstrações financeiras da Companhia em 2022 foi de R\$ 46 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que de terminam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

## 13. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 13.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

### 13.2 Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgamento quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

### 13.3 Empréstimos Contratados

Em 09 de março de 2023 a companhia captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R\$20.000, correspondente a USD3.849 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de fevereiro de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

### 13.4 Aprovação de dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$ 13.072, equivalentes a R\$ 544.628.390,4827 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

## Balanco Social Anual – 2022

(Em milhares de reais)

	2022			2021		
<b>1 - Base de Cálculo</b>						
Receita líquida (RL)			310.977			367.709
Resultado operacional (RO)			65.693			75.041
Folha de pagamento bruta (FPB)			14.913			16.792
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	2.742	18,39%	0,88%	2.506	14,92%	0,68%
Encargos sociais compulsórios	1.981	13,28%	0,64%	3.626	21,59%	0,99%
Previdência privada	461	3,09%	0,15%	430	2,56%	0,12%
Saúde	1.168	7,83%	0,38%	1.100	6,55%	0,30%
Segurança e saúde no trabalho	903	6,06%	0,29%	498	2,97%	0,14%
Educação	12	0,08%	0,00%	15	0,09%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	30	0,20%	0,01%	91	0,54%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	454	3,04%	0,15%	411	2,45%	0,11%
Participação nos lucros ou resultados	2.743	18,39%	0,88%	2.883	17,17%	0,78%
Outros	752	5,04%	0,24%	564	3,36%	0,15%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>11.246</b>	<b>75,40%</b>	<b>3,62%</b>	<b>12.124</b>	<b>72,20%</b>	<b>3,29%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	34	0,05%	0,01%	68	0,09%	0,02%
Cultura	491	0,75%	0,16%	326	0,43%	0,09%
Esporte	11	0,02%	0,00%	10	0,01%	0,00%
Outros	120	0,18%	0,04%	72	0,10%	0,02%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>656</b>	<b>1,00%</b>	<b>0,21%</b>	<b>476</b>	<b>0,63%</b>	<b>0,13%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	117.767	179,27%	37,87%	132.458	176,51%	36,02%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>118.423</b>	<b>180,27%</b>	<b>38,08%</b>	<b>132.934</b>	<b>177,14%</b>	<b>36,15%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.842	8,89%	1,88%	5.219	6,95%	1,42%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	486	0,74%	0,16%	469	0,62%	0,13%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>6.328</b>	<b>9,63%</b>	<b>2,04%</b>	<b>5.688</b>	<b>7,57%</b>	<b>1,55%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2022</b>			<b>2021</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período	216			204		
Nº de admissões durante o período	10			6		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	31			74		
Nº de estagiários(as)	1			4		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	47			44		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	21			22		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,00%			25,00%		

## Balanco Patrimonial

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5,1	4.669	5.010
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5,2	44.639	54.265
Consumidores e concessionárias	6	37.309	48.410
Estoques		1.288	1.081
Tributos a recuperar	7	20.664	24.687
Ativos financeiros setoriais	9	28.118	27.258
Despesas pagas antecipadamente		813	890
Outros créditos	10	10.946	13.132
<b>Total do circulante</b>		<b>148.446</b>	<b>174.733</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Consumidores e concessionárias	6	8.231	7.813
Tributos a recuperar	7	50.677	53.841
Créditos tributários	12	3.566	5.770
Cauções e depósitos vinculados	23	5.371	5.099
Instrumentos financeiros derivativos	31	5.165	7.922
Ativos financeiros setoriais	9	-	19.132
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	124.751	105.271
		<b>197.761</b>	<b>204.848</b>
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	8.198	6.810
Investimentos		103	79
Imobilizado	15	1.143	1.084
Intangível	16	68.638	69.680
<b>Total do não circulante</b>		<b>275.843</b>	<b>282.501</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>424.289</b>	<b>457.234</b>
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			

## Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	25	310.977	367.709
Custo do serviço de energia elétrica	26	(168.648)	(226.333)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(52.488)	(45.831)
<b>Lucro bruto</b>		<b>89.841</b>	<b>95.545</b>
Despesas gerais e administrativas	26	(20.113)	(21.324)
Outras receitas	27	640	900
Outras despesas	27	(1.629)	(1.252)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>68.739</b>	<b>73.869</b>
Receitas financeiras	28	18.369	17.660
Despesas financeiras	28	(21.415)	(16.488)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(3.046)</b>	<b>1.172</b>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<b>65.693</b>	<b>75.041</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(26.134)	(7.090)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	16.394	(6.620)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>55.953</b>	<b>61.331</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	29	<b>190,97</b>	<b>209,32</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	29	55.953	61.331
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	9.740	13.710
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(1.163)	5.350
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(6.297)	(12.450)
Amortização e Depreciação	26	10.581	9.144
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	26	513	1.234
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	527	731
Marcação a Mercado da dívida	28	(1.609)	(915)
Marcação a Mercado Deriv			



## Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Nota		
2022		
2021		
25	441.782	514.707
27	640	900
25 e 28	21.866	15.610
26	(513)	(1.234)
185.007	248.841	
18.311	18.438	
19.312	19.121	
230.950	286.630	
232.825	243.353	
10.581	9.144	
222.244	234.209	
28	19.265	18.521
241.509	252.730	
8.369	11.970	
5.118	4.531	
929	939	
28.632	31.175	
90.851	104.655	
265	259	
29.782	21.257	
28	21.526	16.560
	84	58
24.5	31.058	31.180
24.5	13.072	18.801
	-	-
24.4	11.823	11.350
	241.509	252.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EBO”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A., e possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Sua concessão abrange os municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, atendendo 233.493 consumidores de 6 municípios. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 04 de fevereiro de 2000, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 04 de dezembro de 2030. O contrato de concessão foi homologado junto à ANELL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei nº 12.783/2013. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito de reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações das posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII – manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia – MME. As informações referentes aos reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – Infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentados nas notas explicativas nºs 8, 9, 13, 14, e 25, respectivamente.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 – Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 13 – Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 15 – Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 26 – Intangível; VII. Nota explicativa nº 23 – Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais; VIII. Nota explicativa nº 26 – Custos e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda); IX. Nota explicativa nº 31 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 32 – Benefícios pós emprego.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais políticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienações de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros a custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

	Classificação e Mensuração – CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que incluem a questão de saber se a estratégia de negócio tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva especial de ação	Reservas de capital		Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva de incentivos fiscais-reinvestimento	Outras reservas de capital	Reserva legal	Redução de imposto de renda				
	82.532	104	23.994			19.906	20.687		680	158.359
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>										
Aumento de capital com reserva se incentivo fiscal, conforme AGOE de 29/04/2021	24.5	370	-	(370)	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(20.687)	-	(20.687)	-
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	-	306	-	-	-	306	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	61.331	61.331	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	24.4	-	-	-	-	11.350	-	(11.350)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(31.180)	(31.180)	-
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	18.801	(18.801)	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(155)	(155)
Gainho e perda atuarial – benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	52	52
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>82.902</b>	<b>104</b>	<b>23.994</b>		<b>1.113</b>	<b>31.256</b>	<b>18.801</b>		<b>577</b>	<b>168.026</b>
Incentivo fiscal-reinvestimento	-	-	-	-	1.113	-	-	-	-	1.113
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(18.801)	-	-	(18.801)
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	-	30	-	-	-	30	-
Lucro líquido do exercício	24.4	-	-	-	-	-	-	55.953	55.953	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	24.4	-	-	-	-	11.823	-	(11.823)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(31.058)	(31.058)	-
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	13.072	(13.072)	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	24.6	-	-	-	-	-	-	-	39	39
Gainho e perda atuarial – benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>82.902</b>	<b>104</b>	<b>23.994</b>		<b>1.113</b>	<b>43.079</b>	<b>13.072</b>		<b>603</b>	<b>175.289</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

sendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contra-prestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3; • Consumidores e concessionárias – Nota explicativa nº 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco – Nota explicativa nº 31. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber e instrumentos financeiros derivativos, a provisão é calculada com base na abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitórias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** – a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data de início de reconhecimento, e somente se o critério da CPC 48 for atendido. A Companhia não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** – Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contratados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contratados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *Swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, ou seja, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O valor justo é determinado com base nos preços de mercado e, caso não haja mercado, o valor justo é determinado com base em preços de mercado de risco de caixa e dívida, de modo que é o procedimento monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de risco e estratégia financeira. Adicionalmente, no início de *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de *hedge* usado é atribuído efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, além do risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 31, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia a relação de proteção atende os requisitos de designação de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”. • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo: *Hedges* de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Os resultados de *hedge* são reconhecidos ao longo do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como o item protegido, a mudança acumulada subsequentemente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **C. Consumidores e concessionárias** – inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PELCD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **D. Estoques** – estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão** – corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Disposto a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados e depreciados até o final da concessão, classificadas como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão para as Distribuidoras, estão atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio do resultado, onde foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corrobora no parágrafo 23 do OCP 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13. **g. Ativo contratual – Infraestrutura em construção** – o ativo contratual é o direito à contra-prestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (RI) – Contratos da Concessão (“ICPC 01”), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferên-

cia dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **h. Imobilizado** – itens do im

separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido; v. **Demais ativos e passivos** (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e x. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras. **3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

**(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:**

Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após	
IAS 37	Contrato Oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-20220	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis as demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 06 municípios no Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

##### 5.1. Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>4.669</b>	<b>5.010</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>4.669</b>	<b>5.010</b>

**5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:** A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, letra financeira do tesouro (LFT), CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 102,7% do CDI (119,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
<b>Ativadas ao valor justo por meio do resultado</b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB's)	4	34
Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>	962	151
<b>Fundo de investimentos exclusivos <sup>(2)</sup></b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB's)	-	831
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	827	37
Compromissadas	713	-
Fundo Multimercado	530	78
Fundo de Renda Fixa	35.273	24.618
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	2.259	9.946
Letra Financeira (LF)	69	3.197
Letra Financeira (LFS)	2.831	9
Letra Financeira (LTN)	41	149
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	1.073	15.137
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	57	78
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(1)</sup> - circulante</b>	<b>44.639</b>	<b>54.265</b>
<b>Fundos de Investimentos</b> - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,4% a 98,4% (58,0% a 94,5% em 2021) e média ponderada 13,0% (90,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021). <sup>(2)</sup> <b>Fundo de investimentos exclusivos</b> - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, LFS, NTNB, NTNF são remuneradas 108,1% (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,2% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, (113,5% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo FI Energia 117,3% (63,5% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata e referem a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor.		
Depósito judicial credores	20	49
Conselho Consumidor	315	136
<b>Total</b>	<b>335</b>	<b>185</b>

#### 6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldo a vencer		Saldo vencidos			Total
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	180 dias	360 dias	de 360 a PPECLD <sup>(1)</sup>	
<b>Valores correntes</b>						
Residencial	5.313	- 5.876	509	265	6 (780)	11.189
Industrial	1.834	- 134	15	18	40 (40)	2.001
Comercial	3.430	- 1.330	142	21	254 (276)	4.901
Rural	373	- 350	47	86	-	856
Poder público	1.608	- 8	-	2	-	1.618
Iluminação pública	1.037	-	-	-	-	1.037
Serviço público	424	-	-	-	-	424
Fornecimento não faturado	13.304	-	-	-	(5)	13.299
Arrecadação Processo Classificação	(409)	-	-	-	-	(409)
<b>Valores renegociados:</b>						
Residencial	435	1.605	303	104	97	842 (1.381)
Industrial	99	490	36	19	30	491 (804)
Comercial	355	6.871	191	96	159	1.926 (3.650)
Rural	38	1.99	32	13	41	130 (249)
Poder público	4	-	-	-	-	4
Iluminação pública	15	44	-	-	-	59
Serviço público	1	-	-	-	-	1
(-) Ajuste a valor presente <sup>(1)</sup>	(21)	(1.971)	-	-	-	(1.992)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>27.840</b>	<b>7.238</b>	<b>8.260</b>	<b>945</b>	<b>719</b>	<b>3.689 (7.185)</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(2)</sup>	110	-	-	-	-	110
Outros <sup>(3)</sup>	521	-	-	-	-	521
<b>Total</b>	<b>28.471</b>	<b>7.238</b>	<b>8.260</b>	<b>945</b>	<b>719</b>	<b>7.118 (7.211)</b>
Circulante						37.309
Não Circulante						8.231

**(1) Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de 2022 a taxa selic 13,65% (8,76% em 2021). <sup>(2)</sup> **Suprimento de Energia** - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, como segue:

	2022	2021
<b>Composição do saldo da CCEE</b>		
Créditos a vencer	110	3.097
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>110</b>	<b>3.097</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(1.487)	(2.229)
(-) Encargos de serviços do sistema	(40)	(10.911)
<b>Total (débitos) CCEE</b>	<b>(1.417)</b>	<b>(10.043)</b>

<sup>(3)</sup> Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) - constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
<b>Saldo em 2021 e 2020</b>		
Provisões líquidas constituídas no exercício	513	1.234
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(1.040)	(625)
<b>Saldo em 2022 e 2021</b>	<b>7.228</b>	<b>7.755</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	7.211	7.738
Outros créditos - nota explicativa nº 10	17	17

**(4) Outros** - a Companhia possui também R\$1.910 (R\$1.840 em 2021) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspensão por limitares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

#### 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.363	3.488
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.005	1.925
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	2.855	2.552
Contribuições ao Pis e a Cofins	562	1.844
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins <sup>(1)</sup>	59.545	68.711
Outros	11	8
<b>Total</b>	<b>71.341</b>	<b>78.528</b>
Não circulante	20.664	24.687
Circulante	50.677	53.841

<sup>(1)</sup> Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plêniário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins fixando o teste de repercussão geral no julgamento do RE nº 174.706, além de considerar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil dos créditos na ordem de R\$59.545 (R\$68.711 em 2021), e de obrigações de R\$58.774 (R\$57.508 em 2021) nota explicativa nº 21, oriundos de ação judicial transitada em julgamento, em 03 de Junho de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$5.418 (R\$2.781 em 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A Companhia ingressou com pedido de compensação em 23 de fevereiro de 2021. Em 18 de maio de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de Pis/Pasep e Cofins, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 e que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$14.584.

#### 8. REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

**8.1. Reajuste tarifário:** Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais essenciais e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.008, de 01 de fevereiro de 2022, e Nota Técnica nº 07/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 04 de fevereiro de 2022, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 9,27%. **8.2. Revisão tarifária:** A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações

na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em 02 de fevereiro de 2021 o resultado da quinta revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.832, e Nota Técnica nº 06/2018-SGT/ANEEL, em vigor a partir de 04 de fevereiro de 2021. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 5,21%. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **Revisão Tarifária Extraordinária:** Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.060 e Nota Técnica nº 107/2022-SGT-SFF/ANEEL, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da em conformidade com o disposto na Lei nº 14.385, de 27 de julho de 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do Pis / COFINS, a vigorar a partir de 13 de julho de 2022. No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, já foi aplicado o valor compensado. Assim, neste RTE foi considerado os valores referentes aos 12 meses futuros, com os seguintes impactos na tarifa:

Efeito Médio RTE's	Alta tensão (AT)	Baixa tensão (BT)
-5,26%	-5,02%	-5,34%
<b>Créditos de PIS/COFINS (RTA)</b>	<b>Créditos de PIS/COFINS (RTE)</b>	<b>Total</b>
9.427	17.375	26.802

**8.3. Bandejas tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandejas Tarifárias. As Bandejas Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandejas Tarifárias é representado por - Bandeira Tarifária Verde - Bandeira Tarifária Amarela; - Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e - Bandeira Escassez Hídrica. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh	R\$/kWh REH 2.888/2021 <sup>(1)</sup>	R\$/kWh Resolução nº 03/2021 <sup>(2)</sup>	Atual R\$/kWh (2) REH 3.051/2022 <sup>(3)</sup>
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,8
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

<sup>(1)</sup> A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022. <sup>(2)</sup> A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hídrica - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução Híd 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica nos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022; <sup>(3)</sup> A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051/2022, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022. As bandejas tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2022	2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela
Abril	Escassez Hídrica/Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez hídrica
Outubro	Verde	Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Escassez Hídrica
Dezembro	Verde	Escassez Hídrica

**Bandeira Escassez Hídrica:** A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$ 142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022. A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandejas Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2021	Receita Adição	Operacional Amortização	Resultado financeiro Remuneração	Saldo em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>									
Energia elétrica comprada para revenda	935	5.081	(9.170)	(152)	4.253	947	947	-	947
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	24	309	(267)	3	(42)	27	27	-	27
Encargo de Serviço de Sistema ESS <sup>(2)</sup>	24.877	(1.913)	(12.978)	167	(8.833)	1.320	1.320	-	1.320
Transporte de energia elétrica rede básica	660	(104)	(929)	9	458	94	94	-	94
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	643	1.001	(537)	16	(1.068)	55	55	-	55
Bandejas Tarifárias CCRBT <sup>(3)</sup>	0	(12.643)	-	-	12.643	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>									
Neutralidade da Parcela A <sup>(3)</sup>	-	(150)	833	(11)	(756)	-84	(84)	-	(84)
Sobrecontratação de energia <sup>(4)</sup>	16.400	(12)	7.442	(28)	(24.558)	(756)	(756)	-	(756)
Exposição de submercados <sup>(5)</sup>	2.143	(28)	(1.797)	13	(150)	181	181	-	181
CUSD	96	(87)	270	(3)	(304)	(28)	(28)	-	(28)
Garantias Financeiras	568	127	(479)	6	(174)	48	48	-	48
Outros financeiros <sup>(6)</sup>	-	(51)	27.112	-	26.319	-	26.319	-	26.319
Saldo a Compensar <sup>(7)</sup>	44	(165)	48	(1)	69	(5)	(5)	-	(5)
<b>Total Ativo</b>	<b>46.390</b>	<b>(9.375)</b>	<b>9.548</b>	<b>19</b>	<b>(18.464)</b>	<b>28.118</b>	<b>28.118</b>	-	<b>28.118</b>

Passivo financeiros setoriais	Saldo em 2021	Receita Adição	Operacional Amortização	Resultado financeiro Remuneração	Saldo em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>									



de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, financeira, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual. **Serviços de informática e licenciamento de softwares** – Contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$ 12.845, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022. <sup>12</sup> Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; <sup>13</sup> Refere-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026; <sup>14</sup> Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado; <sup>15</sup> Refere-se ao custo do transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão. Os contratos têm vigência até 2025; <sup>16</sup> A Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº19. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado é de R\$18.042 (R\$17.103 em 2021). Os custos do contrato de comissão de aval, refere-se as garantias da controladora, iniciados em fevereiro de 2013, sobre contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2022 monta em R\$74 (R\$54 em 2021).

Remuneração dos administradores:	2022	2021
Remuneração anual (1)	1.707	1.835
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	378	495
Remuneração da Diretoria	635	587
Outros Benefícios (2)	629	829

<sup>17</sup> Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2022. <sup>18</sup> Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$22 e R\$2 (R\$20 e R\$2 em 2021), respectivamente. A remuneração média no exercício foi de R\$8 (R\$7 em 2021). **Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP):** Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Ambos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return – TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP <sup>19</sup>	2º programa ILP <sup>20</sup>	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	6.940	5.748	4.094	4.257	7.023
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data do início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco <sup>21</sup>	8,20%	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros – DI com prazo de vencimento	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025
Volatilidade <sup>22</sup>	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,35	R\$43,69	R\$37,19	R\$34,95
Amortização	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

<sup>19</sup> Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A aprovou a liquidação do 1º e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foram de R\$171 representativo de 3.639 Units e R\$162 representativo de 3.683 Units, respectivamente, já liquidado de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário. <sup>20</sup> Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o Total Shareholder Return (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia aprovou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. No exercício de 2022, foram reconhecidos R\$92 (R\$370 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesas gerais e administrativas – Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2022 é de R\$670 (R\$640 em 2021).

## 12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
<b>Ativo – Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de renda		11.716
Contribuição social sobre o lucro líquido		4.218
<b>Total – não circulante</b>	<b>15.934</b>	<b>16.430</b>
<b>Passivo – Diferenças Temporárias</b>		
Imposto de renda		9.094
Contribuição social sobre o lucro líquido		3.274
<b>Total – não circulante</b>	<b>12.368</b>	<b>10.660</b>
<b>Total líquido – ativo não circulante</b>	<b>3.566</b>	<b>5.770</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Créditos fiscais – ágio <sup>23</sup>	24.339	8.275
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	7.260	2.468
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa – PPECLD	7.228	2.458
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.099	371
Ajustes a valor presente	4.992	677
Outras adições/exclusões temporárias	1.097	1.393
Marcação a mercado da dívida	(2.524)	(858)
Marcação a mercado – derivativos	858	292
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(33.854)	(11.510)
<b>Total – ativo não circulante</b>	<b>10.486</b>	<b>16.971</b>

<sup>23</sup> O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2023	1.266
2024	1.019
2025	1.528
2026	1.738
2027	1.899
2028	4.025
2029 a 2030	4.459
<b>Total</b>	<b>15.934</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados como segue:

	2022	2021
<b>Alíquota efetiva</b>		
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	65.693	75.041
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(22.336)	(25.514)
Ajustes:		
Créditos sobre Incentivos fiscais – SUDENE <sup>24</sup>	11.151	11.350
Créditos diferidos de períodos anteriores	(6)	(7)
Incentivos fiscais – Pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica <sup>25</sup>	563	367
Incentivos fiscais – Reinvestimento <sup>26</sup>	671	671
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.) <sup>26</sup>	217	94
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (*)	(9.740)	(13.710)
Alíquota efetiva	14,83%	18,27%

(\*) O Resultado antes dos tributos sobre o lucro e Imposto de renda e contribuição social em 2021 foram reapresentados conforme nota explicativa 3.3.

Em novembro de 2019, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028, através do Laudo Constitutivo nº 0122/2019 – Ofício 3.982/2019 (SUDENE), emitido em 28 de novembro de 2019. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais – Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "Imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. <sup>27</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>28</sup> Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDENE, para o desenvolvimento regional. <sup>29</sup> Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006. **Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário:** A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados a taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021. A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 31 de dezembro compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

## 13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$62.97 (R\$12.450 em 2021). Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2022	2021
Ativo financeiro valor justo – 2021 e 2020	105.271	83.806
Adições no exercício <sup>30</sup>	13.516	9.309
Baixas no exercício	(333)	(294)
Receitas operacionais – ativo financeiro indenizável da concessão <sup>31</sup>	6.297	12.450
Ativo financeiro valor justo – 2022 e 2021	124.751	105.271

<sup>30</sup> Refere-se a transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção. <sup>31</sup> Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela redução mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, realizado pelo percentual de gastos aprovados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

## 14. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2021	Adição	Transferências <sup>32</sup>	Baixas <sup>32</sup>	Saldos em 2022
<b>Ativo contratual – infraestrutura em construção</b>					
Em construção	7.926	24.985	(7.827)	(15.006)	10.078
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	1.116	2.852	(598)	(1.490)	1.880
<b>Total do ativo contratual – infraestrutura em construção</b>	<b>6.810</b>	<b>22.133</b>	<b>(7.229)</b>	<b>(13.516)</b>	<b>8.198</b>

	Saldos em 2020	Adição	Transferências <sup>32</sup>	Baixas <sup>32</sup>	Saldos em 2021
<b>Ativo contratual – infraestrutura em construção</b>					
Em construção	8.307	16.643	(6.528)	(10.496)	7.926
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	1.183	1.700	(580)	(1.187)	1.116
<b>Total do ativo contratual – infraestrutura em construção</b>	<b>7.124</b>	<b>14.943</b>	<b>(5.948)</b>	<b>(9.309)</b>	<b>6.810</b>

<sup>32</sup> O montante de R\$7.229 (R\$5.948 em 2021) foi transferido para o intangível – contrato de concessão. <sup>33</sup> As baixas no montante de R\$13.516 (R\$9.309 em 2021) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual – infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 15. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2022
--	-------------------------------	----------------	--------	----------------	-------------	----------------

<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	14,80%	3.145	-	443	-	3.588
Veículos	14,29%	116	-	-	-	116
Móveis e utensílios	6,25%	508	-	2	-	510
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>3.769</b>		<b>445</b>		<b>4.214</b>
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos	(2,46%)	-	-	(192)	-	(2.658)
Veículos	(5%)	-	-	(16)	-	(72)
Móveis e utensílios	(3,67%)	-	-	(21)	-	(388)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(2.889)</b>		<b>(229)</b>		<b>(3.118)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>880</b>		<b>445</b>		<b>1.096</b>
Imobilizado em curso						
Máquinas e Equipamentos		204	479	(636)	-	47
Veículos		104	479	(191)	-	292
Móveis e utensílios		204	479	(191)	-	292
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>1.084</b>		<b>(191)</b>		<b>1.143</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2021
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	15,27%	2.902	-	243	-	3.145
Veículos	14,29%	116	-	-	-	116
Móveis e utensílios	6,25%	500	-	8	-	508
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>3.518</b>		<b>251</b>		<b>3.769</b>
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos	(2,28%)	-	-	(183)	-	(2.466)
Veículos	(4%)	-	-	(16)	-	(56)
Móveis e utensílios	(3,46%)	-	-	(21)	-	(367)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(2.669)</b>		<b>(220)</b>		<b>(2.889)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>849</b>		<b>251</b>		<b>880</b>
Imobilizado em curso						
Máquinas e Equipamentos		5	450	(251)	-	204
Veículos		854	450	-	-	1.304
Móveis e utensílios		854	450	-	-	1.304
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>1.703</b>		<b>(220)</b>		<b>1.084</b>

## 16. INTANGÍVEL

	2022	2021
Intangível – contrato de concessão	64.424	67.241
Intangível – direito de uso	177	240
Intangível – software	4.037	2.199
<b>Total</b>	<b>68.638</b>	<b>69.680</b>

### 16.1. INTANGÍVEL – contrato de concessão:

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Transferências <sup>34</sup>	Baixas <sup>34</sup>	Amortização <sup>35</sup>	Saldos em 2022
--	-------------------------------	----------------	------------------------------	----------------------	---------------------------	----------------

<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	4,12%	202.039	7.827	(1.734)	-	208.132
Amortização Acumulada	(123.857)	-	-	1.438	(11.121)	(133.540)
<b>Subtotal</b>		<b>78.182</b>	<b>7.827</b>	<b>(296)</b>	<b>(11.121)</b>	<b>74.592</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	3,92%	58.828	598	-	-	59.426
Amortização						



ENERGISA BORBOREMA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 08.826.596/0001-95

da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. O resumo dos impactos são como segue:

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
<b>Saldos em 2021 – passivo não circulante</b>	<b>77.508</b>	<b>71.193</b>
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	3.327
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	5.459	3.154
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos (249)	(23.944)	(166)
(1) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos Consumidores (1)	(23.944)	-
<b>Saldos em 2022 e 2021 – passivo não circulante</b>	<b>58.774</b>	<b>77.508</b>
(1) Conforme nota explicativa nº 8, foi incorporado em sua tarifa de energia elétrica cerca de R\$23.944 referentes aos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.		

## 22. ENCARGOS SETORIAIS

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	431	431
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (1)	101	142
Ministério de Minas e Energia – MME (1)	51	71
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL (1)	338	486
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (1)	1.817	1.621
Programa de Eficiência Energética - PEE (1)	3.042	2.370
<b>Total</b>	<b>5.780</b>	<b>5.121</b>
Circulante	3.503	3.232
Não circulante	2.277	1.889

(1) O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC. A Lei nº 14.120/2021, que altera a Lei nº 9.991/2020, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa Outros créditos – ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

## 23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEL E FISCAL

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal. **23.1. Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados de tais eventos futuros. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionadas todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2022	2021
<b>Saldos em 2021 e 2020 – não circulante</b>	<b>392</b>	<b>975</b>	<b>1</b>	<b>1.377</b>	<b>1.572</b>
Constituições de Provisões	52	1.024	-	1.024	1.069
Reversões de provisões	(52)	(435)	(10)	(497)	(328)
Pagamentos realizados	(167)	(637)	-	(804)	(1.026)
Atualização monetária	(13)	3	-	(10)	90
<b>Saldos em 2022 e 2021 – não circulante</b>	<b>160</b>	<b>930</b>	<b>-</b>	<b>1.090</b>	<b>1.377</b>
Cauções e depósitos vinculados (1)	(267)	-	-	-	(258)

(1) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$5.371 (R\$5.099 em 2021). Deste total, R\$5.104 (R\$4.841 em 2021) não possuem provisões para riscos em favor do prognóstico de êxito ser possível ou remoto. Trabalhistas: A maioria dessas ações discute horas extras e seus reflexos. Cíveis: Os processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. 23.2. Perdas possíveis: A Companhia possui processos de natureza trabalhista, civil e fiscal em andamento, na condição de réu, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2022	2021
<b>Saldos em 2021 e 2020</b>	<b>870</b>	<b>3.062</b>	<b>16.601</b>	<b>20.533</b>	<b>28.478</b>
Novos processos	-	75	-	75	3.091
Mudança de prognósticos e valor pedido	(12)	(874)	29.742	28.856	(9.871)
Encerramento	(450)	(869)	(6.501)	(7.820)	(2.631)
Atualização Monetária	43	126	1.356	1.525	1.466
<b>Saldos em 2022 e 2021</b>	<b>451</b>	<b>1.520</b>	<b>41.198</b>	<b>43.169</b>	<b>20.533</b>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhistas:** As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se aos seguintes objetos: horas extras, plano de saúde e doença ocupacional. **Cíveis:** Ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, (iii) por irregularidades nos aparelhos de medição, (iv) variações de tensão elétrica e (v) falta momentânea de energia. **Fiscais:** Ações de natureza fiscal, contemplam discussões sobre: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos; e (ii) imposto de renda e contribuição social decorrente da glosa de despesas.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**24.1. Capital Social:** O capital social, subscrito e integralizado é de R\$82.902 (R\$82.902 em 2021) e está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas em valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

**24.2. Reserva de capital**

	2022	2021
Reserva especial de ação (1)	23.994	23.994
Remuneração de imobilizações	104	104
Programa de remuneração variável (LP) (2)	670	640
Incentivos fiscais-reinvestimento (3)	1.113	-
<b>Total</b>	<b>25.881</b>	<b>24.738</b>

(1) Reserva especial de ação - constituída em face da incorporação da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº12, representando o benefício fiscal do ação que será incorporado ao capital social da Companhia a medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ação que lhe deu origem. (2) Programa de remuneração variável – ILP – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 11). (3) Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 5.508/1968, modificada pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDENE à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDENE, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação. No exercício de 2022 foi constituído R\$1.113, deduzidos diretamente da reserva de lucros de incentivos fiscais. **24.3. Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **24.4. Reserva de lucros – reserva de incentivos fiscais (imposto de renda):** A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obtve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012, Ofício SUDENE nº 2.021 de 19/12/2012, que impõe algumas obrigações e restrições: (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos, com aprovação em AGO/AGE; e (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou R\$11.151 (R\$11.350 em 2021) de redução de imposto de renda e adicionais. **24.5. Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	55.953	61.331
Reserva de lucros – reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)	(11.823)	(11.350)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>44.130</b>	<b>49.981</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	11.033	12.495
- Valores pagos em 31 de maio de 2022 - R\$27.9495486124 (Valores pagos em 26 de maio de 2021 - R\$29.9612325933) por ação ordinária (1)	8.187	8.776
- Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$31.9987289318 (Valores pagos em 26 de agosto de 2021 - R\$33.7611092486) por ação ordinária (1)	9.373	9.889
- Valores pagos em 25 de novembro de - R\$46.0812033360 (Valores pagos em 10 de dezembro de 2021 - R\$42.73577391700) por ação ordinária (1)	13.498	12.515
- Dividendos adicionais propostos – correspondem a R\$44.628390408 (R\$64.1837414325 em 2021) por ação ordinária (2)	13.072	18.801
<b>Total dos dividendos</b>	<b>44.130</b>	<b>49.981</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 12 de maio, 11 de agosto, e 10 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente. (2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituir em uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva apuração, de acordo com as normas do ICP-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **24.6. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós-emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

	2022	2021
<b>Saldo em 2020 e 2021</b>	<b>577</b>	<b>680</b>
Ganhos – perda atuarial – benefícios pós-emprego	3	(155)
Tributos – perda atuarial – benefícios pós-emprego	(13)	-
<b>Saldo em 2022 e 2021</b>	<b>603</b>	<b>577</b>

## 25. RECEITA OPERACIONAL

	2022	2021
<b>Fora do escopo dos auditores independentes</b>		
Nº de consumidores	-	-
MWh	-	-
R\$	-	-
Residencial	205.514	293.879
Industrial	552	45.926
Comercial	15.928	119.141
Rural	9.756	17.528
Poder público	1.522	30.572
Iluminação pública	76	33.655
Serviço público	83	12.656
Consumo próprio	2	408
<b>Subtotal</b>	<b>233.455</b>	<b>552.945</b>
Suprimento de energia a concessionárias	1	26.039
Fornecimento não faturado líquido	(2.177)	(1.291)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	37	-
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-
Outros – Reembolso do Fundo CDE	-	-
Recita de construção da infraestrutura (1)	-	21.755
Penalizações Regulatórias	-	(87)

	2022			2021		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	-	-	-	(3.327)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – tributos a recuperar	-	-	-	-	-	3.327
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	6.297	-	-	12.450
Constituição e amortização – CVA ativa e passiva	-	-	(4.226)	-	-	35.885
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	21.179	-	-	20.374
Outras receitas operacionais	-	-	5.022	-	-	4.812
<b>Total – receita operacional bruta</b>	<b>233.493</b>	<b>576.807</b>	<b>463.537</b>	<b>228.582</b>	<b>584.566</b>	<b>528.118</b>
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	90.637	-	-	104.431
PIS	-	-	5.692	-	-	6.534
COFINS	-	-	26.219	-	-	30.097
Deduções bandeiras tarifárias – CCRBT (2)	-	-	229	-	-	216
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	1.127	-	-	(1.827)
Encargos do consumidor – PROCEL	-	-	282	-	-	340
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	26.539	-	-	17.485
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	564	-	-	680
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	564	-	-	680
Ministério das Minas e Energia – MME	-	-	282	-	-	340
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSSE	-	-	425	-	-	374
<b>Total – deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>152.560</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>160.709</b>
<b>Total – receita operacional líquida</b>	<b>233.493</b>	<b>576.807</b>	<b>310.977</b>	<b>228.582</b>	<b>584.566</b>	<b>367.709</b>

(1) A receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

## 26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais Gerais e administrativas		Total
	Com energia elétrica	De-ou-ou prestação de serviços	Outros	2022	2021	
Energia elétrica comprada para revenda	132.163	-	-	-	-	132.163
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	36.485	-	-	-	-	36.485
Pessoal e administradores	-	11.071	-	5.378	16.449	19.327
Programa de remuneração variável (ILP)	-	214	-	92	92	370
Benefícios pós-emprego	-	2.766	7	247	461	430
Material	-	6.108	-	236	3.009	2.799
Serviços de terceiros	-	9.594	-	10.448	16.556	16.148
Depreciação e amortização (1)	-	513	-	987	10.581	9.144
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	513	1.234
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	537	537	(295)
Custo de construção	-	-	21.755	-	21.755	15.538
Outras	-	460	-	2.188	2.648	2.460
<b>Total</b>	<b>168.648</b>	<b>30.726</b>	<b>21.762</b>	<b>20.113</b>	<b>241.249</b>	<b>293.488</b>

(1) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$167 (R\$142 em 2021).

## Energia Elétrica comprada para revenda

	MWh (1)	R\$		
2022	2021	2022	2021	
Energia de leilão	417.839	348.263	88.470	83.646
Energia bilateral	7.818	89.177	2.987	33.423
Cotas de Angra Ren 530/12	24.216	27.572	8.307	6.768
Energia de curto prazo - CCEE (1)	2.334	1.191	6.028	47.208
Cota Garantida Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	168.841	164.662	22.691	32.109
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	13.054	13.364	8.962	5.615
Energia de reserva - ERR	-	-	8.357	2.140
(1) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(13.639)	(19.588)
<b>Total</b>	<b>634.102</b>	<b>644.229</b>	<b>132.163</b>	<b>191.821</b>

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes. (2) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e encargos de energia de reserva.

## 27. OUTROS RESULTADOS

	2022	2021
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	553	875
Outras	87	25
<b>Total</b>	<b>640</b>	<b>900</b>
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.462)	(1.166)
Outras	(167)	(86)
<b>Total</b>	<b>(1.629)</b>	<b>(1.252)</b>
<b>Total</b> </		

para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$41.482, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente positivo de R\$41.482 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas em 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)
		Risco (Provável) (1)	Cenário I (Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
<b>Divida Moeda Local – Taxa de Juros</b>				
Juros	(15.773)	(15.773)	(15.773)	(15.773)
<b>Variação Divida</b>				
<b>Swap de Juros</b>				
<b>Posição Ativa</b>				
Instrumentos Financeiros				
Derivativos – Pré				
Variação – Taxa de Juros	16.903	Alta do CDI	16.903	16.903
<b>Posição Passiva</b>				
Instrumentos Financeiros				
Derivativos – CDI	(16.279)	(16.279)	(16.922)	(17.556)
Variação – CDI + TJLP	-	-	(643)	(1.277)
Subtotal	624	624	(19)	(653)
<b>Total Líquido</b>	<b>(15.149)</b>	<b>(15.149)</b>	<b>(15.792)</b>	<b>(16.426)</b>

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)
			Cenário I (Provável) (1)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	44.639	Alta CDI	5.468	6.835	8.202
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(40.207)	Alta CDI	(4.925)	(6.156)	(7.388)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(41.167)	Alta CDI	(5.043)	(6.304)	(7.565)
Subtotal (2)	(99.416)	Alta IPCA	(1.043)	(1.304)	(1.565)
<b>Total -perdas (2)</b>	<b>(54.777)</b>	-	<b>(11.011)</b>	<b>(13.764)</b>	<b>(16.518)</b>
			<b>(5.543)</b>	<b>(6.929)</b>	<b>(8.316)</b>

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78% ao ano. (2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 480. Genecimento de risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

### 32. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

**32.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões:** A Companhia é patrocinadora de 2 planos de benefícios previdenciários a seus empregados, do Plano Borborema de modalidade Benefício Definido (BD) e do Plano Energisa de modalidade Contribuição Definida, ambos administrados pela ENERGISAPREV, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. **a. Plano de Benefícios Borborema (BD):** É um plano na modalidade de benefícios definido que passou a ser administrado pela EnergisaPrev a partir de abril de 2018, mediante Portaria Autorizativa PREVIC nº 1.138 de 11/12/2017, e está fechado para novas inscrições. Este plano é avaliado atualmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. O Plano assegura: 1. aos participantes: • Complementação de Aposentadoria Normal; • Complementação de Aposentadoria Antecipada; • Complementação de Aposentadoria por Invalidez. II. aos beneficiários: • Complementação de Pensão por Morte. **b. Plano de Contribuição Definida - Energia CD:** O Plano Energisa de contribuição definida, tem os benefícios de riscos totalmente repassados para uma seguradora, é reconhecido como plano de benefício pós-emprego e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33. A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício foi de R\$461 (R\$429 em 2021). **c. Migração entre planos:** Em 2022 e 2021 foram realizados movimentos de migração de participantes do Plano Borborema para o Plano Energisa de Contribuição Definida – Energia CD, com 100% de adesão. Esse processo foi autorizado pela PREVIC, através da Portaria nº 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em duas tranches, sendo elas em dezembro/2020 e julho/2021. Não existem mais participantes no Plano Borborema. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1º Tranche		2º Tranche		Acumulado	
	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido
Borborema	95%	46%	5%	54%	100%	100%

**32.2. Situação financeira dos planos de benefícios definidos – avaliação atuarial:** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (RI) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

<b>a. Número de participantes/beneficiários:</b>	2022	2021
Ativos	150	116
Assistidos	17	17
BPD	2	1

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos beneficiários. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (RI). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (RI) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remunerações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **32.3. Plano de saúde:** A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento. - Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitada. - Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) foi de R\$138 (R\$161 em 2021), tendo sido apurado no exercício o montante de R\$23 (R\$156 em 2021) dos quais R\$1 em 2021 foi registrado na rubrica benefícios pós emprego – despesa de pessoal, R\$16 em 2022 em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R\$39 (R\$155 em 2021) referente aos ganhos e perdas atuariais contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos, no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direito, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.169 (R\$1.051 em 2021). Inclui R\$1 em 2021, referente a cálculo atuarial do plano de saúde. Abaixo apresentado a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2022	2021
Valor presente da obrigação no início do ano	161	5
Custo do serviço corrente bruto	-	1
Juros sobre obrigação atuarial	16	-
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(39)	155
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<b>138</b>	<b>161</b>
Circulante	17	16
Não circulante	121	145

Demonstração das despesas para o exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (RI):

	2023
Custo do serviço corrente	1
Juros sobre as obrigações atuariais	16
Valor das obrigações calculadas no final do ano	17
Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.	

### a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022	2021
<b>Variáveis Econômicas</b>		
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	5,31%
Expectativa real de inflação futura	5,00%	4,50%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	11,57%	10,05%
Taxa de crescimento de benefícios	5,00%	4,50%
Taxa real de crescimento de custos médicos	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	9,20%	8,68%
Taxa de Rotatividade	8,50%	8,50%
Permanência no plano de aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	3,00%	Nulo
<b>Tábuas Biométricas</b>		
Tábua de mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de invalidez	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

### 33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia (1)				
	2023	2024	2025	2026	Após 2026
2023 a 2055	104.831	99.827	93.676	87.676	1.250.933

(1) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

## Declaração dos Diretores da Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campina grande, 16 de março de 2023.							
<b>Márcio Mario Zidan</b> Diretor Presidente	<b>Jairo Kennedy Soares Perez</b> Diretor Técnico e Comercial	<b>Fernando Cezar Maia</b> Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	<b>Maurício Perez Botelho</b> Diretor Financeiro	<b>José Marcos Chaves de Melo</b> Diretor de Suprimentos e Logística	<b>Daniele Araújo Salomão Castelo</b> Diretora de Gestão de Pessoas	<b>Gioreli de Sousa Filho</b> Diretor sem Designação Específica	<b>Vicente Côrtes de Carvalho</b> Contador - CRC MG 042523/O-7*SP-PB

## Declaração dos Diretores da Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campina grande, 16 de março de 2023.							
<b>Márcio Mario Zidan</b> Diretor Presidente	<b>Jairo Kennedy Soares Perez</b> Diretor Técnico e Comercial	<b>Fernando Cezar Maia</b> Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	<b>Maurício Perez Botelho</b> Diretor Financeiro	<b>José Marcos Chaves de Melo</b> Diretor de Suprimentos e Logística	<b>Daniele Araújo Salomão Castelo</b> Diretora de Gestão de Pessoas	<b>Gioreli de Sousa Filho</b> Diretor sem Designação Específica	<b>Vicente Côrtes de Carvalho</b> Contador - CRC MG 042523/O-7*SP-PB

### Diretoria Executiva

<b>Márcio Mario Zidan</b> Diretor Presidente	<b>Jairo Kennedy Soares Perez</b> Diretor Técnico e Comercial	<b>Maurício Perez Botelho</b> Diretor Financeiro	<b>Fernando Cezar Maia</b> Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	<b>José Marcos Chaves de Melo</b> Diretor de Suprimentos e Logística	<b>Daniele Araújo Salomão Castelo</b> Diretora de Gestão de Pessoas	<b>Gioreli de Sousa Filho</b> Diretor sem Designação Específica	<b>Vicente Côrtes de Carvalho</b> Contador - CRC MG 042523/O-7*SP-PB
---	--	---	---	---	--	--	---

### Conselho de Administração

<b>Ivan Müller Botelho</b> Presidente	<b>Ricardo Perez Botelho</b> Vice-Presidente	<b>Marcelo Silveira da Rocha</b> Conselheiro	<b>Maurício Perez Botelho</b> Suplente
--	---	---	---

### Conselho de Administração

<b>Vicente Côrtes de Carvalho</b> CRC-MG 042523/O-7
--

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos** que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 16 de março de 2022, sem modificação de opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por

essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, inde-

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 31 de dezembro de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

### 34. MEIO AMBIENTE (\*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: 1. Nas Redes e Linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia. 2. Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaborados estudos de arqueologia preventiva supervisionada pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais. São instalados nas subestações proteção para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte. 3. Na operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001, e legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança. 4. Na realização de padronização de procedimentos operacionais, instruções técnicas e normas de distribuição e transmissão unificadas, englobando todas as atividades da Gerência Técnica Corporativa da Distribuição em consonância com o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança, com apoio da área de meio ambiente da Companhia. 5. Na realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais. 6. Na disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma o reconhecimento e regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinarmos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas. 7. No desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Arvore), e da divulgação interna (Intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). 8. No Projeto 8 Verde, projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização. 9. No tocante a convênio firmamos acordo com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba. 10. Na contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida. 11. Na atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes. Em 2022, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$6.328 (R\$5.688 em 2021), sendo R\$5.842 (R\$5.219 em 2021) allocated no ativo intangível e R\$486 (R\$469 em 2021) em custos e despesas operacionais. (\*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

### 35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como segue:

	2022	2021
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	13.516	9.309
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	6.297	12.450
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	1.839	1.891
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(347)
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	1.839	1.891
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(347)

### 36. EVENTOS SIGNIFICATIVOS

**36.1. Bandeira tarifária:** A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país. **36.2. Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária:** Em 09 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022. **36.3. Empréstimos Contratados:** Em 09 de março 2023 a companhia captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R\$20.000, correspondente a USD3.849 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação. **36.4. Aprovação de dividendos adicionais propostos:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$ 13.072, equivalentes a R\$ 544.6283904827 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.